



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**LÍVIA DE SOUSA RODRIGUES**

**CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA: representação,  
governamentalidade e contestação**

**FORTALEZA/CE**

2024

**LÍVIA DE SOUSA RODRIGUES**

**CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA: representação,  
governamentalidade e contestação**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Geografia da  
Universidade Federal do Ceará, como  
parte dos requisitos para obtenção do  
Título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Cadena

**FORTALEZA/CE**

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

R614c Rodrigues, Lívia de Sousa.

Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: representação, governamentalidade e contestação / Lívia de Sousa Rodrigues. – 2024.

53 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Dirceu Cadena.

1. Discursos. 2. Política urbana. 3. Poço da Draga. I. Título.

CDD 910

---

LÍVIA DE SOUSA RODRIGUES

CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA: representação,  
governamentalidade e contestação

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Geografia da  
Universidade Federal do Ceará, como  
parte dos requisitos para obtenção do  
Título de Licenciatura em Geografia.

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Dirceu Cadena (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Yan de Abreu Gomes Vasconcelos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Jardel Sousa da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, sua presença me deu a coragem e a perseverança necessárias para superar os desafios encontrados no caminho.

Ao meu marido e eterno companheiro, Yann Vasconcelos de Araújo, minha gratidão pelo amor, paciência e apoio incondicional. Você esteve do meu lado durante todos os momentos, celebrando conquistas e oferecendo conforto nas dificuldades. Sem você, essa caminhada teria sido muito mais árdua.

Às minhas mães, Edlane de Sousa e Hingredy Thamires, pela dedicação e resiliência. Obrigada por todos os sacrifícios e pelo imenso amor. A fé de vocês em mim foi um dos pilares que me sustentaram durante esse processo.

Ao meu pai e ao meu avô, Manoel Ricardo e Manoel Alves Rodrigues, bem como às minhas avós, Antônia e Helena, por todo amor e cuidado que tiveram comigo durante toda a vida. Suas palavras sempre foram cobertas de calma e doçura.

À minha tia Maria José por ser minha grande inspiração e por todo o amor.

À minha grande amiga, Andrielly Farias, obrigada por estar sempre presente, oferecendo apoio emocional, além de ajudar com conselhos. Sua amizade é um tesouro inestimável e sou imensamente grata por tê-la em minha vida.

Ao meu irmão Richardson Rodrigues, obrigada pelas risadas e pelo companheirismo.

À Wind, minha companhia, que esteve literalmente do meu lado durante toda a escrita deste trabalho, sendo meu suporte emocional.

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Dirceu Cadena, por sua orientação, paciência e valiosas contribuições. Seu conhecimento e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço por acreditar em meu potencial e por me guiar com sabedoria.

Por fim, agradeço a todos os colegas e corpo docente da Geografia que de alguma forma contribuíram tanto para minha trajetória profissional e acadêmica, quanto para a pessoal. Muito obrigada pela conclusão de mais um ciclo em minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho propõe-se a analisar a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura na Praia de Iracema, utilizando para isso os discursos, as representações, os dispositivos e as contestações que cercaram a obra. Tem-se por objetivo compreender como os mecanismos discursivos alteraram o espaço de forma material e simbólica. As análises são fundamentadas em estudos sobre a chamada tríade da política urbana: política como representação, política como governo e política como contestação. Utilizou-se uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico. Os resultados revelaram a influência dos processos de governamentalidade, no qual observamos os discursos e mecanismos utilizados para orientar a forma como determinados espaços são vivenciados e experienciados, tidos como sem vida, inseguros e feios para que possam ser “revitalizados” e reconstruídos.

Palavras-chave: discursos; política urbana; Poço da Draga.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the construction of the Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura at Iracema Beach, using the discourses, representations, devices and contestations surrounding the project. The goal is to understand how discursive mechanisms altered the space in both material and symbolic ways. The analyses are based on studies about what it's called the triad of urban politics: politics as representation, politics as government, and politics as statement. It used a qualitative methodology, in a descriptive and bibliographic character. The results revealed the influence of governmentality processes, in which we observe the discourses and mechanisms used to determine how certain spaces are experienced and perceived, deemed lifeless, unsafe and unattractive so that they can be "revitalized" and reconstructed.

Keywords: discourses; urban politics; Poço da Draga.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização Porto do Capim .....	1821
Figura 2 - Antigo Porto de Fortaleza em 1887.....	231
Figura 3 - Mapa dos setores de preservação e revitalização da Praia de Iracema segundo a Lei nº 7.814/1995.....	23
Quadro 1 - Plano de Desenvolvimento Cultural - Investimentos por Programas em reais.....	<b>Er</b>
<b>ro! Indicador não definido.6</b>	
Figura 4 - Planta Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura .....	299
Figura 5 - Casebres de madeira na área alagável onde se instalou o INACE .....	311
Figura 6 - Poço da Draga na década de 1970.....	322
Figura 7 - Dragão do Mar e Poço da Draga .....	366
Figura 8 - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Fortaleza .....	422



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

AMPODRA - Associação de Moradores do Poço da Draga

CC - Centro Cultural

CDMAC - Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

CE - Ceará

CMFE - Centro Multifuncional de Feiras e Eventos

IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil

INACE - Indústria Naval do Ceará

IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza

LABOMAR - Instituto de Ciências do Mar

LAPUR - Laboratório de Planejamento Urbano e Regional

ONG - Organização não-governamental

PDDU - Plano Diretor De Desenvolvimento Urbano

PIRF - Plano Integrado de Regularização Fundiária

PRODETUR - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo

SECULT - Secretaria de Cultura

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ZE - Zona Especial

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

1. <u>INTRODUÇÃO</u> .....	8
1.1 Objetivo Geral .....	11
1.2 Objetivos Específicos .....	12
2. <u>GEOGRAFIA POLÍTICA URBANA E OS DISCURSOS COMO FERRAMENTA DE PODER</u> .....	12
3. <u>CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA: REPRESENTAÇÕES E TRANSFORMAÇÃO</u> .....	19
4. <u>O POÇO DA DRAGA E O CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA: CONVIVÊNCIA E CONTESTAÇÕES</u> .....	30
5. <u>CONCLUSÃO</u> .....	44
6. <u>REFERÊNCIAS</u> .....	47

## 1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios de sua existência o ser humano é um ser político. Isso faz parte de sua identidade, de se manifestar nas relações sociais e, conseqüentemente, no espaço. Esse fato é constatado por diversos autores ao longo da história, sendo alvo de reflexão desde a Grécia Antiga. Por exemplo, Aristóteles deixou claro a relação sociedade-política, ao afirmar que a vida em comunidade prevê uma organização política, e o ser humano tem o impulso natural de participar de uma comunidade (Aristóteles, 1253a, 1997). Nesse sentido de organização, surgem as relações que definem que o poder deve ser monopolizado em uma entidade e/ou soberano para manter a paz social. No caso de nosso estudo, referimo-nos ao Estado.

Tal instituição está incumbida de gerenciar e desenvolver o território-nação. O poder concentrado nesta entidade encontra no espaço geográfico a sua materialização, onde poderá demonstrar sua superioridade e exercer sua soberania, servindo de palco para relações de dominação e interesses políticos, sociais e econômicos. Entretanto, existe ainda um instrumento muito importante para que o Estado altere simbólica e materialmente o espaço de acordo com seus interesses: o discurso.

Segundo Michel Foucault (apud Brígido, 2013, p.60), o poder não é apenas uma estrutura hierárquica, mas permeia todas as relações sociais e é expresso através do discurso. O discurso não é apenas uma mera forma de comunicação, mas sim um mecanismo que cria e mantém relações de poder. Em sua análise, o filósofo aponta como esse mecanismo é utilizado para moldar e controlar percepções, construindo narrativas que legitimam formas de autoridade.

Tendo em vista o supracitado, o presente trabalho busca realizar uma verificação acerca da relação entre o Estado, o poder, o espaço e o discurso no contexto da criação do Centro Dragão do Mar na cidade de Fortaleza. O Centro Cultural Dragão do Mar fez parte de uma política de desenvolvimento econômico e cultural dos anos 90, planejada no governo Ciro Gomes e realizada no segundo governo Tasso Jereissati, que modificou significativamente, tanto do ponto de vista material quanto do simbólico, a área onde hoje se encontra. Para a realização dessas mudanças, foram construídas representações sobre aquele território, expressadas

através de documentos técnicos, compondo o que Foucault nomeou de práticas de governamentalidade. Em seu livro *Microfísica do Poder* (1979), Foucault aborda o conceito de governamentalidade o definindo como um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma específica e complexa de poder.

No chamado “governo de mudanças” o turismo foi um setor prioritário. A imagem do Ceará como a terra do sol, com praias paradisíacas foi amplamente disseminada pelo governo. Acreditava-se que o turismo seria o principal instrumento para alavancar a economia.

A estratégia era vincular o turismo à cultura, e, com isso, surge a ideia de construir um grande empreendimento cultural na capital do Ceará. A região da Praia de Iracema foi escolhida para abrigar este centro cultural. As representações negativas vinculadas à área facilitaram a aceitação popular (ao menos de uma parte) para com a proposta.

Embora os documentos e discursos midiáticos pregassem a ideia de que toda a área deveria ser revitalizada e que todas as modificações trariam apenas benefícios, é importante considerar um fator importantíssimo: quem habita este entorno. O Poço da Draga é uma comunidade que existe há mais de 100 anos na Praia de Iracema, que ao longo dos anos sofreu com diversas ameaças de remoção e descaso. A comunidade do Poço da Draga é um exemplo de resistência, atuando de forma a contestar e exigir seus direitos. Posteriormente analisaremos mais sobre os movimentos sociais do Poço da Draga e sua relação com o Dragão do Mar e outros empreendimentos atraídos por ele e pelo discurso de requalificação da área.

Observar estes fenômenos de poder é importante para entender os fundamentos que guiam a permanência e mudanças sociais. Este estudo busca analisar como discursos e práticas de “governamentalidade” foram utilizados para legitimar a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, bem como compreender de que maneira as representações e contestações estiveram presentes na caracterização do território e na transformação do espaço geográfico de forma imaginária e material.

Conforme já mencionado, o presente projeto propõe analisar como os discursos são construções políticas utilizadas pelo Estado para alterar o espaço

geográfico. Utilizaremos o caso da construção do Centro Cultural Dragão do Mar. A região onde hoje se encontra o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, era antes uma área portuária que foi abandonada quando o porto foi transferido para o bairro Mucuripe. Os galpões antes utilizados para armazenar as mercadorias foram abandonados e a região começou a ser frequentada por uma população com menor poder aquisitivo. Após isso, cada vez mais a região foi associada a insegurança, feiura e vazio. São essas representações que foram associadas à construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Sendo assim, nos resta definir uma metodologia que abarque tais objetivos, de forma a angariar um resultado lógico e pertinente à luz da ciência. Desse modo, é importante destacar a metodologia utilizada para realizar este projeto. A metodologia é uma das partes mais importantes de qualquer trabalho científico (se não a mais importante), pois é a partir dela que a pesquisa se estrutura. Lakatos e Marconi (2003, p. 83) afirmam que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Assim, definir uma metodologia a ser seguida trata-se de estruturar caminhos, fomentar resultados, de maneira crítica à luz de procedimentos conscientes e embasados prioritariamente em métodos já estabelecidos no paradigma científico. Em resumo, como bem aponta Goldenberg (2004, p. 105) o método é a observação sistemática dos fenômenos, através da sucessão de medidas orientadas por fundamentos teóricos, tendo como característica intrínseca a investigação organizada, e a utilização de conhecimentos teóricos.

Dito isso, este trabalho baseou-se numa estratégia de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico. Há pretensão de descrever um fenômeno em detalhes, esmiuçando-o, além de abranger com clareza seus impactos. Sendo assim, a metodologia de pesquisa foi desenvolvida pela análise dos seguintes documentos: *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (1992)*, *Lei nº 7814 de 30 de Outubro de 1995*, *Plano de Desenvolvimento Cultural (1995)* e *Relatório Técnico Justificativo de Inserção do Centro Dragão do Mar no Prodetur/Ce (1995)*.

Parte-se da perspectiva de que os documentos normativos são elaborados e motivados no âmbito das relações de poder, revelando a governamentalidade de

Foucault (1990) que deu origem às ações que guiaram a criação desses documentos. A análise dos textos foi guiada sobre essa noção de governamentalidade foucaultiana como ferramenta conceitual e metodológica. Segundo Jorge Ramos do Ó (2009), a governamentalidade desafia e incita a identificação e dos mecanismos de operacionalização, das redes de circulação da verdade e das modalidades do sujeito. Logo, a intenção é trazer um tipo de estudo que através da análise desses documentos visa examinar as condições em que diferentes práticas de governança surgem, atuam e se transformam, atentando para a racionalidade mobilizada para desenvolver essas práticas.

Dessa maneira, nos coube realizar o levantamento da documentação requerida para realizar o trabalho. Ocorreu uma visita à Biblioteca Pública Estadual do Ceará, onde consegui o *Plano de Desenvolvimento Cultural*, mas não encontrei o *Relatório Técnico Justificativo de Inserção do Centro Dragão do Mar no Prodetur/CE*. Visitei o Centro Cultural Dragão do Mar, mas informaram que o tal documento não estava lá também. Também não o consegui de nenhuma fonte *online*, restando apenas coletar dados sobre o documento em outros estudos sobre o tema. O *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano* de Fortaleza (1992) e a *Lei nº 7814 de 30 de outubro de 1995* foram encontrados com facilidade online no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo.

Como bibliografia principal, tem-se o livro sobre Geografia Política Urbana de Ugo Rossi e Alberto Vanolo (2012) no qual debatem sobre a tríade da política urbana (política como representação, política como governo e política como contestação) e o conceito de governamentalidade, descrito por Foucault em *Microfísica do Poder*. E, por fim, para a construção do terceiro capítulo, realizei um trabalho de campo com uma das lideranças do Poço da Draga, para conhecer a comunidade e aprender sobre sua história e lutas. Ademais, foi efetuada uma entrevista com Izabel Ferreira, filha de uma das antigas líderes do Poço da Draga.

### **1.1 Objetivo Geral**

Analisar o processo de fundação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura através dos discursos e como eles impactaram em alterações materiais e simbólicas do espaço.

### 1.2 Objetivos Específicos

1. Identificar os discursos e as práticas de governamentalidade utilizados para justificar a construção do Centro Cultural Dragão do Mar
2. Analisar como esses mecanismos transformam o espaço simbólica e materialmente
3. Compreender como a comunidade do Poço da Draga estabelece contestações ao projeto do Centro Dragão do Mar

## 2. GEOGRAFIA POLÍTICA URBANA E OS DISCURSOS COMO FERRAMENTA DE PODER

A Geografia Política Urbana emerge como uma disciplina essencial para a compreensão das dinâmicas complexas que moldam as cidades modernas. Diversos teóricos e pesquisadores contribuíram para o desenvolvimento desse campo, oferecendo estudos valiosos sobre a ligação entre o espaço urbano e o poder político. Este capítulo procura *explorar as intersecções entre o espaço urbano e os processos políticos*, destacando os *mecanismos de poder, o Estado e o Espaço Urbano*. Tudo isso à luz de conceitos acerca da Geografia Política Urbana, enaltecendo a relevância de considerar os contextos políticos e institucionais de ação política para a pesquisa urbana.

A política surge como uma resposta natural às necessidades da vida humana em sociedade. Desde os albores da civilização, a humanidade organizou-se em grupos para garantir a sobrevivência, cooperar para obter recursos, proteger e satisfazer as suas necessidades básicas. A transição de pequenas comunidades nômades para sociedades mais complexas e estabelecidas impeliu à precisão de estabelecer regras e normas para regular as interações entre os membros do grupo. Estas normas, inicialmente informais, acabaram por evoluir para sistemas políticos mais formais à medida que as sociedades cresceram em tamanho e complexidade. Tais fenômenos foram relatados e destrinchados por diversos estudiosos ao longo dos séculos.

O filósofo grego Aristóteles, por exemplo, discutiu a natureza política da humanidade na sua obra “Política”, na qual afirmou que os humanos têm a necessidade de viverem em sociedade, logo, são animais sociais políticos:

[...] a cidade é uma criação natural e o homem é por natureza um animal social, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma seria desprezível ou estaria acima da humanidade [...], e se poderia compará-lo a uma peça isolada do jogo de gamão. Agora é evidente que o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social (Aristóteles trad. Kury, 1985, 1253a)

Partindo do pressuposto que a política está em todos os aspectos do ser humano e, conseqüentemente, de nossa sociedade, poder e espaço são conceitos fundamentais para compreender a dinâmica espacial, especialmente conforme a humanidade progrediu para a criação de grandes Estados.

Para Maquiavel, em O Príncipe (2015), o poder faz parte da natureza humana, vindo bem antes da política, e o homem mostra-se de uma natureza imunda e aproveitadora, “É que os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhes fizeres bem, todos estarão contigo [...] Mas, quando ela se avizinha, voltam-se para outra parte” (Maquiavel, trad. Xavier, 2015, p. 60). O homem, em sua ambição, necessita subjugar e não ser subjugado.

Em outra perspectiva temos Thomas Hobbes, que também inicia seus estudos sobre a dinâmica do poder. De acordo com Karlfriedrich Herb (2013), em suas observações sobre os pensamentos de Hobbes, o estudioso compartilhava da ideia de Maquiavel de que o ser humano é ruim por natureza, entretanto, o poder estava relacionado ao livre arbítrio, logo, todos teriam acesso a esse poder. Para impedir que isso se tornasse algo comum (já que o poder estaria ao alcance de todos) e preservar o estado de paz social, o poder é monopolizado em uma entidade/soberano, daí surge a figura do rei, imperador e em nosso caso a instituição Estado.

Nesse sentido, vale a reflexão de Lucio Mendieta y Núñez (1969) sobre poder e Estado. De acordo com o autor, o ápice da soberania parece ser o Estado. No entanto, o poder antecede o Estado ao passo que é o seu criador. Para exemplificar melhor o autor propõe uma analogia: quando um homem armado com um revólver controla dez pessoas para impor-lhes sua vontade, onde está o poder? No homem ou na arma de fogo? Na verdade, o poder lhe é dado pela arma de fogo,



pois o indivíduo sem o revólver não tem poder algum, da mesma forma que o revólver sem ninguém para utilizá-lo não têm ações. Nesse caso, o poder só surge quando a arma está em posse do homem. Da mesma forma é o Estado. Enquanto instrumento de dominação, o Estado dá lugar ao poder somente enquanto se encontrar nas mãos de uma pessoa, grupo ou entidade, que por sua vez só terão poder enquanto ocuparem o Estado. Assim, o titular do poder vale-se da organização jurídica e do aparelho coercitivo do Estado para atuar como agente de mudança no território e na população. De qualquer forma, através dessa linha de raciocínio, temos como resultado o poder associado ao Estado.

O Estado como detentor deste poder pode atuar de maneira a favorecer determinados grupos. Em *Glosas Críticas* (1844), Karl Marx alega que a política é a luta de uma única classe pelo poder, e que o Estado está voltado para os interesses das classes dominantes. Sendo assim, a dinâmica de poder, Estado e classes dominantes dinamizam os rumos que a cidade pode tomar, adotando estratégias para definir o espaço. Verificar essas estratégias será um dos processos que este trabalho desenvolverá.

Conforme o Estado e as entidades ligadas a ele atuam como agentes modificadores, concomitante há o entendimento da cidade como lugar de fazer e exercer política através dos valores e lógicas sociais intrínsecas às culturas cívicas. Tais fatos corroboram para o surgimento de estudos como este no âmbito da Geografia Política com ênfase no meio urbano, pois essa área, em linhas gerais, permite uma análise das regras, normas e leis ao passo em que permite também que essa análise leve em conta justamente os valores e lógicas sociais como supracitado, que influenciam o comportamento e as decisões dos agentes e atores políticos (Reis, 2009).

Ugo Rossi e Alberto Vanolo (2012) desenvolveram o que chamaram de “Tríade da Política Urbana” onde discutem as complexidades do domínio urbano e estabelecem que há três esferas autônomas, inter-relacionadas e antinômicas. São elas: política como representação, política como governo e política como contestação.

Primeiramente, a política como representação se inspira nos estudos de Michel Foucault para tratar das práticas discursivas que produzem a ordem do discurso e, também, na crítica da linguagem. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault

(1996) busca aprofundar a relação entre práticas discursivas e os poderes que as transpõem, de maneira a controlar e moldar a sociedade. O autor critica a institucionalização do discurso no qual lhe proporciona o poder da exclusão ou do veto. Dessa forma, o discurso torna-se “aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” (p. 10), tendo em vista que o discurso é um dispositivo primordial para manipulação das massas. Eis que o discurso se trata então de uma prática utilizada como estratégia para se chegar à validação necessária para aprovar leis ou movimentos políticos, pois o Estado pode e é um dos detentores dessas práticas discursivas, sendo assim um grande utilizador do dispositivo discursivo que dita o que é o bom ou ruim, o que deve ser utilizado e o que deve ser excluído, o que deve ser mantido e o que deve ser modificado.

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996, p.9)

Como exemplo, Rossi e Vanolo trazem duas situações em que essas práticas discursivas foram disseminadas. O primeiro foi nas ciências humanas e sociais, principalmente após a publicação do livro *Orientalismo* de Edward Said (1978). A obra versa sobre o Oriente como categoria discursiva construída durante o projeto de civilização ocidental no Médio Oriente, de maneira a ser representado como inferior, ou “selvagem” e menos desenvolvido. O segundo exemplo, mais recente, foi o discurso propagado sobre os mulçumanos após os atentados terroristas aos Estados Unidos em 11 de Setembro. Tal prática, amplamente disseminada, tornou a vida dos povos mulçumanos extremamente difícil, sofrendo com agressões, exclusão e preconceito, especialmente no país onde os ataques terroristas ocorreram.

No contexto urbano essas representações ditam de forma implícita como as cidades devem agir, independente do histórico político e socioeconômico, e levam à escolha de indicações políticas específicas, impondo modos de conduta. Sendo assim, é notável como essas representações são fundamentais para o reforço de projetos hegemônicos e interesses político-econômicos. Até mesmo as representações cartográficas que em tese deveriam ser neutras estão associadas a visões específicas de mundo, muitas delas intrínsecas às relações de poder tal como

demonstram os geógrafos continentais europeus quando discutiram a ascensão e a crise da razão cartográfica (Farinelli et al, 1992).

Indo ao encontro dessa perspectiva, Mondada (2000) afirma que a cidade é uma entidade material e imaterial caracterizada pelas ações dos atores que a compõem, bem como pelos discursos que a qualificam e requalificam, atribuem uma ordem, aproxima-se ou afasta-se dela. As grandes regiões metropolitanas estão repletas de práticas e estratégias discursivas e comunicativas que visam seletividade nos espaços urbanos. Pode-se perceber claramente essa divisão na propagação da ideia de bairros atraentes, que são tidos como “bairros bons, nobres, pacíficos” e os bairros estigmatizados, classificados como “inseguros, ruins, feios”.

O mecanismo discursivo e, por sua vez, segregacionista é tão presente que não é restrito apenas às políticas públicas, mas também influencia nos intervenientes privados. Essas regiões tidas como superiores tornam o valor dos imóveis mais alto, bem como os produtos e serviços de estabelecimentos comerciais, dessa forma grupos de menor poder aquisitivo que não estão incluídos na economia do mercado imobiliário não conseguem ter acesso a esses locais. Com base nessas divisões a população é “alocada”, com a fração dominante e privilegiada pertencendo aos bairros atraentes e a parcela de classe média e baixa aos bairros estigmatizados. É notável como a segregação urbana é um mecanismo importante na formação das classes sociais e como os objetos discursivos contribuem para a reprodução das desigualdades nas cidades.

Ademais temos a segunda esfera da tríade urbana, a política como governo. Conforme Rossi e Vanolo (2012), essa esfera está ligada à prática de governar cidades. Nessa esfera a política do espaço embasa-se em tecnologias intelectuais e ferramentas práticas utilizadas pelos governos locais e nacionais. Estas medidas tomadas em conjunto pelo poder público geram uma racionalidade governamental, que acarreta a adaptação das condutas dos indivíduos a seguir os preceitos da máquina pública.

Para compreender a política como governo, devemos nos ater ao conceito que corroborou para seu desenvolvimento, a “governamentalidade” proposta por Michel Foucault (1979), conceito este que é central para o desenvolvimento desta pesquisa.

De acordo com Michel Foucault em seu livro *Microfísica do Poder* ao abordar a governamentalidade, ele a define como:

- 1- o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2- a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros - soberania, disciplina, etc. - e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. (Foucault, 1979, p.171)

Logo, o processo governamental de acordo com o conceito de governamentalidade é exercido através de técnicas de governo, procedimentos administrativos e repertórios discursivo-ideológicos, não consistindo unicamente na elaboração e execução de leis, mas também em técnicas específicas e práticas discursivas. Tais técnicas e instrumentos podem ser desde instrumentos intelectuais como relatórios, estudos técnicos, dados estatísticos, mapeamentos, etc. até aparelhos de regulação territorial como zoneamentos, reconhecimento de bens patrimoniais, etc. (Cadena, 2021) Essas práticas de governo mobilizam as representações com o intuito de justificar decisões, ainda que se argumente que tais decisões são puramente técnicas e neutras.

Por fim, temos o último pilar da tríade da política urbana, a política como contestação. As ações da política como representação e da política como governo representam grupos que controlam o Estado, as elites políticas que controlam as instituições do Estado e pautam as decisões tomadas por essa instituição. Com isso, muitos outros grupos acabam por ser excluídos e não tem suas necessidades e opiniões atendidos por essas decisões. No contexto das cidades, muitos desses grupos têm seus bairros classificados como “favelas”, como perigosos, necessários de remoção, insalubres, etc., uma narrativa que corrobora para ações como a remoção das comunidades dessas áreas ditas como inseguras.

A ideia de política como contestação envolve aqueles grupos que não foram incluídos nas principais políticas públicas urbanas realizadas nas suas cidades e começam a protestar e reivindicar seus direitos. Quando essas comunidades não são reconhecidas nas representações dominantes e também não são atendidas pelas

práticas de governamentalidade instituídas, começam a estabelecer uma série de ações para se posicionar e contestar essas atitudes.

Como exemplo da política como contestação podemos citar as movimentações dos moradores da comunidade do Porto do Capim em João Pessoa/PB (Figura 1).

Figura 1 - Localização Porto do Capim



Fonte: Carlos Romero, 2022

A comunidade ribeirinha do Porto do Capim se encontra às margens do rio Sanhauá no Varadouro, região considerada o berço da capital paraibana. A partir do ano de 1987 houve um impulso político de *valorizar* e *revitalizar* esta área urbana na qual foi denominada centro histórico. Dessa forma, o Porto do Capim e seus moradores passam a ser vistos como um “estorvo”, uma “mácula” ao patrimônio histórico, o que corrobora para uma série de políticas representativas e governamentais a fim de classificar a comunidade como inexistente. Os discursos construídos sobre o Porto do Capim por instituições de identificação, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural culminaram na exclusão da comunidade da narrativa de proteção do centro histórico de João Pessoa (Braga e Moraes, 2016).

Com ameaças iminentes de remoção e não estando representados nas práticas de políticas urbanas, moradores do Porto do Capim se mobilizaram com

intuito de contestar essas condições e transformar a exclusão imposta em uma situação positiva para suprir as reais demandas comunitárias:

Na esteira dessas mobilizações político-comunitárias, foi criada a Associação de Mulheres do Porto do Capim, grupo organizado que fincou pé no meio da diversidade de manifestações políticas atuantes nas redes sociais como facebook e articulou uma série de eventos de apoio ao movimento “Porto do Capim em Ação”. A Associação conseguiu parcerias e conquistou espaço em uma rádio comunitária e pressionou as instituições públicas, como Prefeitura, Iphan e Ministério Público Federal - MPF, para a realização de reuniões a fim de contestar o *modus operandi* do projeto original de revitalização. A comunidade recebeu diversas manifestações de apoio da sociedade pessoenses, paraibanas e nacional, a exemplo da Associação Brasileira de Antropologia que publicou em 2014 a *Nota de Repúdio ao Projeto que desloca a comunidade de Porto do Capim e Vila Nassau do Centro Histórico de João Pessoa, Paraíba*. Em 2015 o Centro de Referências em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba publicou o *Relatório de Violação dos Direitos Humanos no Porto do Capim*. (Braga e Moraes, 2016, p. 49-50)

Um outro exemplo é a comunidade do Poço da Draga, localizada na cidade de Fortaleza/CE, no bairro da Praia de Iracema, que ao longo dos anos sofreu com ameaças de remoção. Tal fato será abordado com mais clareza adiante no terceiro capítulo do presente trabalho.

Dito isso, compreendemos que documentos, leis e normas sancionadas para regulamentar a ocupação e as modificações, assim como os discursos propagados a respeito do local, constituem dispositivos através do qual o Estado transforma o território, justifica suas ações e orienta a forma como nós vivenciamos e sentimos o espaço. Resta-nos analisar esses fatores para verificar como os conceitos de representação e da governamentalidade agiram de modo a justificar as mudanças ocorridas para a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

### **3. CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA: REPRESENTAÇÕES E TRANSFORMAÇÃO**

As políticas culturais são instrumentos fundamentais para a promoção, preservação e disseminação da cultura dentro da sociedade. Elas incluem uma variedade de ações tomadas pelo governo e pelas instituições privadas com o objetivo de garantir o acesso à cultura e a valorização da diversidade cultural, bem como apoiar, promover e regulamentar as atividades culturais.

Consoante Antônio Rubim (2012) podemos delimitar como o marco inicial (ocidental) das políticas culturais a criação do Ministério da Cultura na França em 1959. Cabe ressaltar o contexto histórico no qual a França estava inserida, o período pós Segunda Guerra Mundial. Os governantes franceses buscavam a reintegração do poder e influência francesa no cenário mundial, utilizando-se de políticas com finalidades culturais.

André Malraux foi o responsável pela criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, com o intuito não apenas de instaurar o primeiro ministério de cultura existente no mundo, mas também propor um nível organizacional jamais pensado para a instância da política na esfera cultural. Herman Lebovics (2000) salientou:

Cabe destacar um fato de importância: Malraux estabeleceu o princípio conforme o qual as autoridades públicas têm responsabilidade com a vida cultural de seus cidadãos, do mesmo modo que a têm [...] com sua educação, saúde e bem estar. (Lebovics, 2000, p. 292)

Dessa forma, Malraux propõe que a importância a ser conferida para a vida cultural tenha o mesmo grau da que tange a educação, saúde e bem-estar, bem como confere esse dever às autoridades.

A criação do modelo francês simultânea às atividades desenvolvidas no campo cultural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), tornaram as políticas culturais assuntos importantes na agenda internacional.

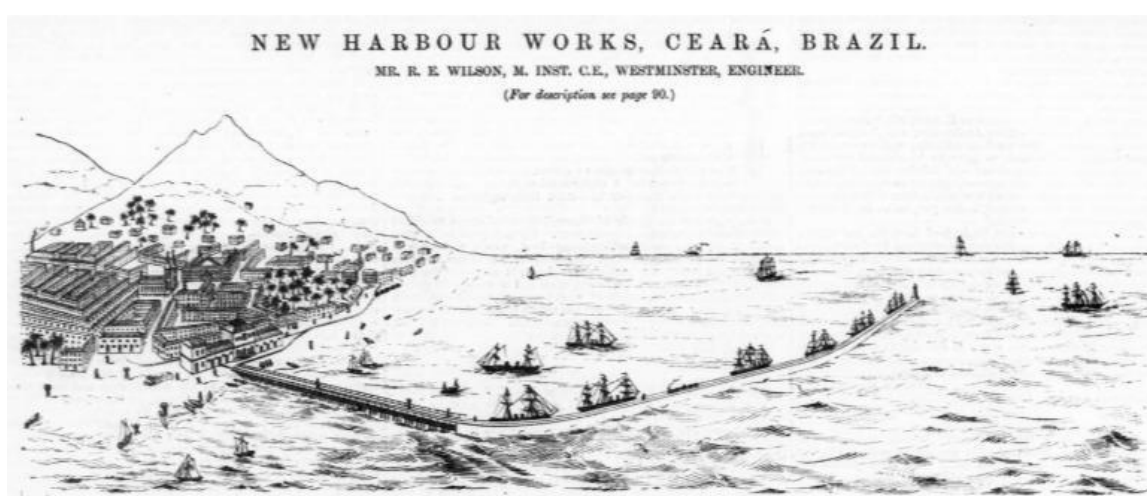
Conforme o crescimento da discussão sobre políticas culturais, surgiram os espaços destinados a executar essas atividades. No modelo francês de Malraux existiam as Casas de Cultura, construções que centralizam atividades culturais variadas em um só espaço, chamados no Brasil de Centros Culturais (CC).

Os Centros Culturais são espaços dedicados à preservação e difusão de uma variedade de manifestações culturais, ajudando a fortalecer a identidade cultural e atuando de forma a democratizar o acesso à cultura. Esses locais, que podem pertencer tanto a instituições públicas quanto às privadas, promovem a integração social, servindo como pontos de encontro para artistas e para a comunidade no geral. Nos CCs uma variedade de atividades é oferecida, geralmente exposições de arte, apresentações musicais, peças de teatro, oficinas, debates e seminários.

À face do exposto, compreendemos o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) como um significativo Centro Cultural, sendo importante compreender as transformações do território realizadas em função de sua construção.

Até o início do século XX a região litorânea da Praia de Iracema, anteriormente denominada Prainha, era um local portuário que tinha como objetivo principal a atividade econômica, especialmente exportação de café, carnaúba, algodão, etc. (Ver figura 2).

Figura 2 - Antigo Porto de Fortaleza em 1887



Fonte: Internet Archive (2021)

Essa área era desprezada pelas elites fortalezenses e habitada por povos tradicionais, pescadores e a população menos abastada financeiramente (Costa, 2005). A partir da década de 1920, a região da antiga Prainha começou a despertar o interesse das elites que construíram suas casas de veraneio e clubes sociais na área mais ao leste do que agora era chamado de Praia de Iracema.

Concomitantemente se iniciaram as discussões sobre a retirada do porto daquela área, por ser considerado muito próximo ao centro da cidade. Segundo Costa (2005), alguns especialistas declararam que o local apropriado para o porto seria a região da enseada do Mucuripe, para onde futuramente foi transferido na década de 1950.

As mudanças supracitadas geraram consequências para a área e para seus moradores. Schramm (2001) relata a degradação da região visto o abandono de armazéns e casas comerciais, acarretados pelo fim das atividades comerciais



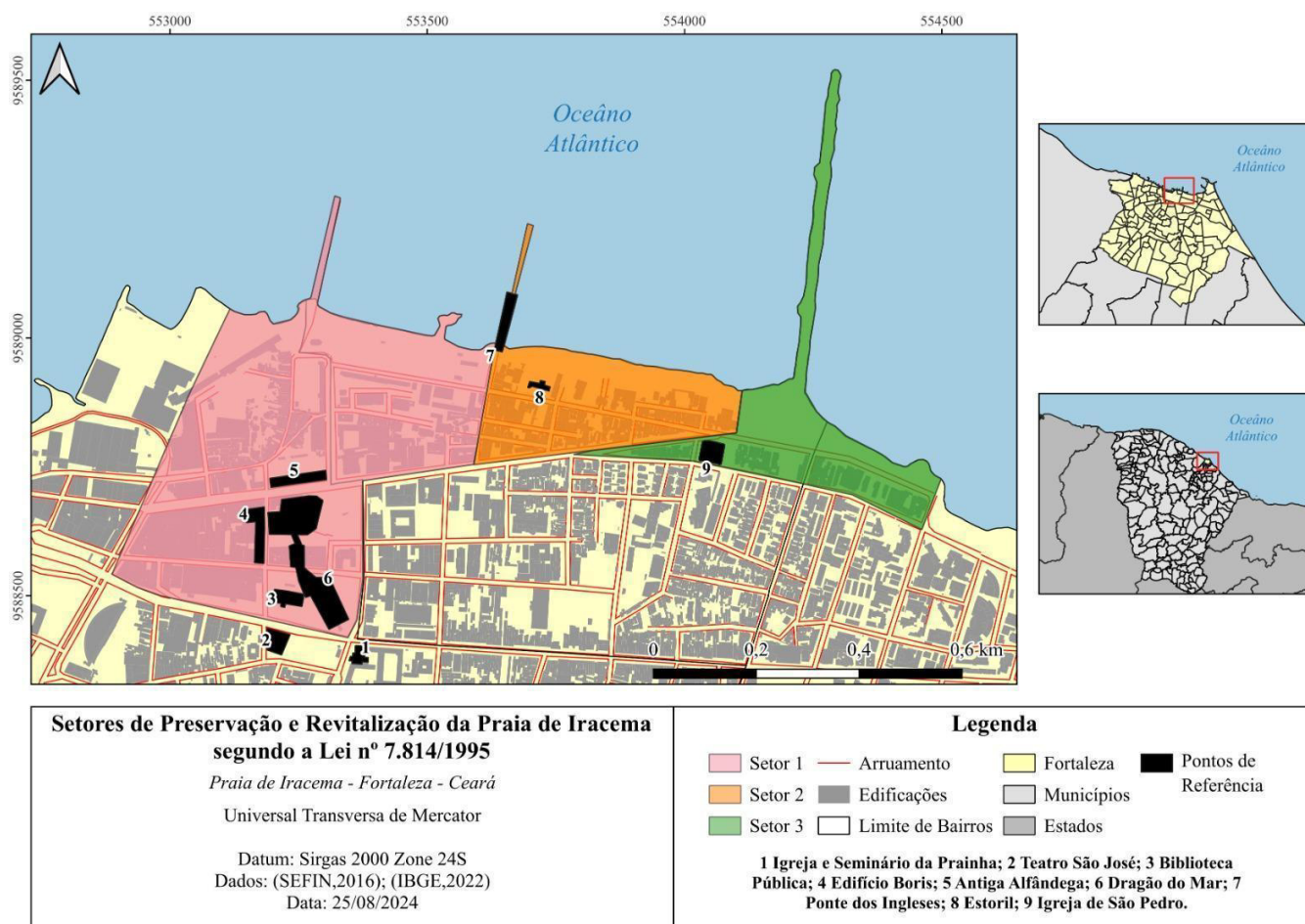
portuárias. Com isso, esses casarões abandonados foram ocupados pela população mais pobre e no entorno do ramal ferroviário a comunidade do Poço da Draga se expandiu.

A datar do início da década de 1970, a localidade ficou caracterizada pelo aparecimento de restaurantes e bares. Ao fim da década de 1980 o uso e ocupação do bairro se diversificou. A Praia de Iracema, no ano de 1992, foi qualificada como Zona Especial (ZE) pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade. De acordo com o Art. 57 do PDDU, zonas especiais são aquelas com destinação específica e normas próprias de uso e ocupação do solo.

Ademais, houve o sancionamento da lei nº 7814, de 30 de outubro de 1995 que dispõe sobre o parcelamento, uso e a ocupação do solo na ZE - Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema. Esta lei dividiu em três setores o bairro (Figura 3) e definiu diferentes normas de ocupação:

- I - Setor 1, como área destinada à revitalização urbana com incentivo à implantação dos usos Habitacional, Cultural, de Lazer e de Hotelaria;
- II - Setor 2, como área destinada à preservação urbana, envolvendo a manutenção do ambiente, no tocante ao parcelamento do solo, à volumetria e às características das edificações e às relações entre o espaço edificado e o espaço não edificado;
- III - Setor 3, como área destinada à renovação urbana com incentivo aos usos Habitacional e de Hotelaria. (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1995, p.3)

Figura 3 - Mapa dos setores de preservação e revitalização da Praia de Iracema segundo a Lei nº 7.814/1995



Fonte: Autoral, 2024

Conforme aponta Costa (2005), o setor 1 foi dividido em dois subsetores (1.1 e 1.2) e compreende a região do Poço da Draga e o entorno do qual foi implantado o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. O setor 2 corresponde à rua dos Tabajaras e adjacências, entre a Ponte dos Ingleses e a Igreja de São Pedro. O setor 3 abrange as áreas ao norte da Av. Historiador Raimundo Girão à rua Idelfonso Albano. Cada um destes setores estabelecia diferentes normas de ocupação: o primeiro foi considerado área de revitalização urbana, logo, foi permitido que as construções localizadas naquele setor (muitas delas construídas na década de 1910) fossem demolidas e substituídas por prédios de até 16 andares; o segundo setor foi considerado área de preservação e o terceiro setor foi destinado à renovação urbana, no qual incentivava o uso habitacional e de hotelaria.

Cabe salientar como os setores 01 e 02 foram examinados de maneiras distintas. Enquanto as construções mais próximas ao calçadão presentes no setor 2 são valorizadas como patrimônios a serem preservados e importantes culturalmente para a cidade, as edificações do setor 01 têm seu valor ignorado muito embora sejam um registro histórico das atividades do antigo porto e estarem de pé desde 1910.

As mudanças na legislação urbanística viabilizaram a inserção de empreendimentos de lazer e equipamentos turísticos na Praia de Iracema, acarretando o afastamento dos habitantes de classe média e baixa e nos bares como o Estoril, corroborando com a predominância das elites naquela área.

Todas essas alterações e modificações socioeconômicas na área foram o começo de uma série de ações, dentre elas a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, com o objetivo de “revitalizar” aquela área (Costa, 2005).

Durante os mandatos do governo Jereissati (1987-1991, 1995-1999 e 1999-2002) e o governo de Ciro Gomes (1991-1994), o turismo foi definido como um dos setores de prioridade para o Estado. Houve o forte investimento em *place-marketing* mostrando o Ceará como a terra paradisíaca, com belas praias e clima de verão, corroborado pelo “passe livre” de Tasso Jereissati nos meios midiáticos visto que é casado com a herdeira do grupo Edson Queiroz, dono do Sistema Verdes Mares de Comunicação.

Utilizando-se de práticas de governamentalidade, o governo atribuiu o turismo como principal instrumento para o desenvolvimento econômico. Este foi gradualmente sendo associado à cultura e, especialmente, ao crescimento da economia, com a área da Praia de Iracema sendo escolhida como território para a implantação de um significativo investimento relacionado à cultura.

Posteriormente a ideia foi utilizar uma política cultural como estratégia para introduzir o estado do Ceará no processo de globalização, o que viabilizou uma decisão que foi tomada no final do governo Ciro Gomes, idealizada pela Secretaria de Cultura do Governo Estadual do Ceará (SECULT): construir um centro cultural na Praia de Iracema, que seria o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (Gondim, 2006).

A construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura é justificada pelo discurso de revitalização do espaço (como podemos ver na Lei nº 7814, de 30 de

outubro de 1995), bem como pela manifestação da necessidade de construção de um espaço cultural para a cidade de Fortaleza, especialmente para alavancar a economia através do turismo. O *Plano de Desenvolvimento Cultural* (1995) elaborado por Paulo Linhares no governo Tasso Jereissati, foi o principal material da nova política cultural proposta pelo Estado.

O documento é dividido em 9 tópicos principais nos quais apresenta contextos históricos, conceitos, dados estatísticos, estratégias e prioridades. O plano inicia abordando a noção de cultura como “o modo de vida das coletividades humanas”, e oferecendo uma relação da cultura com as transformações econômicas mundiais. De acordo com Linhares (1995) no documento escrito pelo mesmo, o acesso à cultura seria a saída para o desemprego e estaria diretamente ligado a diminuição da concentração de renda existente no Ceará. Dessa forma, a cultura é defendida como uma arma para combater o desemprego e a desigualdade social, ao passo em que iria inserir o Ceará no novo mundo globalizado e na economia mundial:

O OBJETIVO SERÁ DE ACELERAR O DESLOCAMENTO DO TRABALHO PARA A INDÚSTRIA CULTURAL CUJA CAPACIDADE EMPREGADORA É INESGOTÁVEL.

[...] O futuro está em educação, pesquisa, cultura e meio ambiente. Para fazer isso, precisamos de uma classe média preparada culturalmente. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1995, p.12)

O *Plano de Desenvolvimento Cultural* está dividido em duas áreas de atuação: Políticas Compensatórias e as Políticas de Universalização do Conhecimento. Entretanto, essas duas áreas não são aprofundadas no Plano (Smith, 2006). As propostas de prioridade presentes no *Plano de Desenvolvimento Cultural* foram a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura na capital do estado do Ceará, a criação de Casas de Cultura espalhadas pelo interior do estado, interligadas por uma “rede estadual de cultura” e o investimento financeiro em outras instituições e programas culturais já existentes, como o Teatro José de Alencar.

Para a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura era previsto um investimento de mais de 11 milhões de reais, enquanto os outros programas tiveram investimentos bem menores (ver quadro 1). Concomitante, Paulo Linhares indicou a necessidade de uma Escola de Comunicação e Artes com intuito de formar profissionais aptos a administrar instituições complexas como o CDMAC e atender a demanda do mercado artístico.

Quadro 1 - Plano de Desenvolvimento Cultural - Investimentos por Programas em reais

<b>Programas Culturais</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>
Programa do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura	11.172.760,00	_____
Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	208.516,00	164.525,00
Programa de Desenvolvimento de Ações Culturais	3.178.554,00	3.058.206,00
Programa de Promoção e Difusão das Ações Culturais	2.988.000,00	2.138.000,00
Programa de Modernização Administrativa	1.416.000,00	1.512.352,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.923.830,00</b>	<b>6.873.083,00</b>

Fonte: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, Plano de Desenvolvimento Cultural (1995)

Destarte o CDMAC fora divulgado como uma solução de problemas econômicos e sendo o novo passo para o futuro. Conforme indicado pelo próprio documento, o Centro Cultural seria um lugar de invenção artística e social, gratuito, que possibilitaria o encontro, a sociabilidade, com a cultura sempre associada à felicidade.

Esse discurso foi disseminado tanto em documentos oficiais do Governo, quanto em entrevistas e marketing. Smith (2006) aponta entrevistas realizadas por Paulo Linhares sobre a construção do Centro Cultural:

Hoje a gente vive um momento bastante singular no mundo, que é a questão do fim do emprego industrial na forma tradicional. Já o mercado do entretenimento, da arte, da cultura, do turismo, junto com o mercado de informática, é o setor que mais dá emprego no mundo e já no Brasil. Então eu enxergo que há uma vaga para o Ceará, para Fortaleza, disputar hoje no Brasil esse mercado, ter uma produção respeitável e competitiva. Pra isso, precisamos ter uma indústria cultural forte e capaz de produzir bem e com

qualidade. A partir desse diagnóstico, nós montamos um sistema de financiamento da cultura, que é o sistema de leis e incentivos; um programa de criação de infra-estrutura, que é o Centro Cultural Dragão do Mar e as casas de cultura no interior. (Jornal *O Povo*, “A hora da autonomia” de 21/03/98)

No que tange a Governamentalidade, é notável a utilização de mecanismos midiáticos e documentos públicos como os principais disseminadores do discurso de que a indústria cultural “é a que mais gera empregos no mundo”, e que a criação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura culminaria na cidade de Fortaleza fazendo parte deste mercado cultural promissor.

Com todas essas medidas, a construção de um Centro Cultural se “tornou” não apenas um mecanismo para o desenvolvimento cultural e transformações sociais, como também um instrumento necessário para a revitalização (dita como necessária pelo poder público) da antiga área portuária.

É importante salientar que o Dragão do Mar é um centro de cultura cearense desde o séquito que o projeta, pois foram os responsáveis por sua concepção os arquitetos cearenses Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon. Esse fato parece ir de encontro às estratégias de divulgação adotadas à época. Era comum a adoção de artistas internacionais de renome na construção de museus e centros culturais para que se gerasse mais visibilidade para as obras, pois assim elas já seriam vistas como obras de mais alto escalão da arte.

Nesse sentido, o foco da estratégia supracitada é não só construir um edifício que atenda ao programa arquitetônico, mas também que consiga significação e amplitude global ao ponto de virar assunto nas mais diversas mídias e de ser alvo de premiações nacionais e internacionais de forma espontânea. A exemplo, tem-se o museu da Fundação Iberê Camargo, que contratou o arquiteto Álvaro Siza, um dos mais influentes profissionais de sua área da contemporaneidade, tendo como um dos intuitos a visibilidade que um nome tão importante traria.

Entretanto, o modo como ocorreu o concurso para seleção de arquitetos para construção do Dragão do Mar se distancia desse conceito, pois o concurso foi limitado a escritórios cearenses. Claro, Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon eram figuras extremamente relevantes à época, mas o modo como o concurso foi feito revela não uma escolha por arquitetos com fins de divulgação, mas sim uma escolha com fins de trazer mãos cearenses para uma obra cearense.

Este movimento de se utilizar da criação de Museus e de Centros Culturais para justificar novos usos de espaços ditos “abandonados”, “sem vida” e “perigosos” muitas vezes causam uma espécie de segregação para com os moradores dos arredores e frequentadores do local (que muitas vezes param de frequentar após as modificações). Braga e Moraes (2016) apontam a necessidade de inserir um novo público frequentador dessas áreas após a saída da população original:

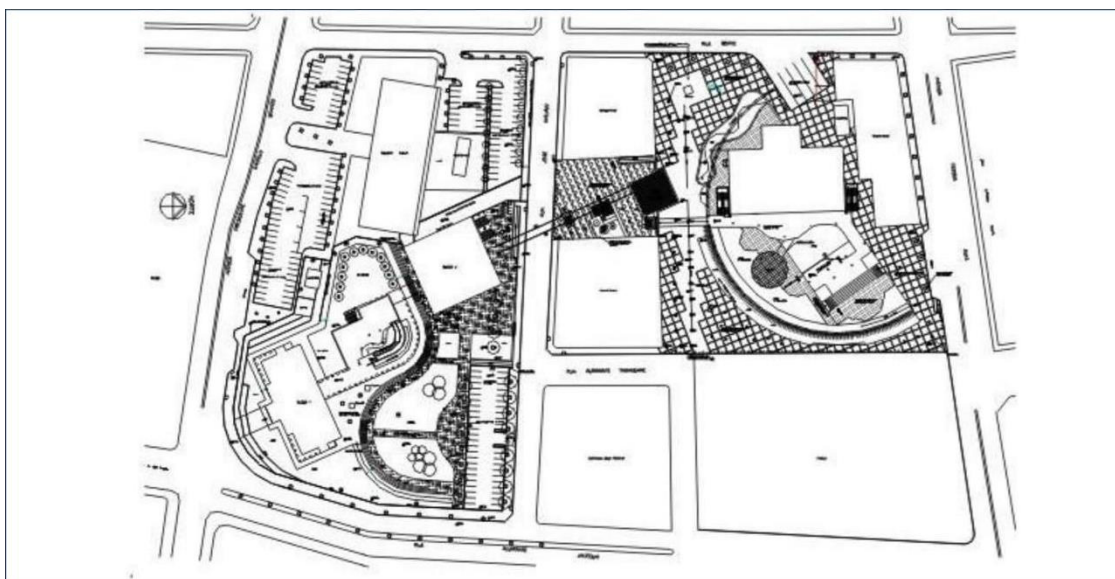
Para fomentar o turismo cultural é necessário todo um estratagema político, envolvendo diversas áreas dos poderes públicos, em parceria com setores empresariais e mídias locais. Para substituir os grupos considerados “marginais” que ocupam bairros antigos após a debandada dos moradores tradicionais considerados “homens de bem”, é imperativa, inclusive, a criação de um novo grupo frequentador desses espaços. (Braga e Moraes, 2016, p. 28)

Ademais, ambos chegam à conclusão que os bairros antigos aparecem como palco preferido para as apresentações culturais. Toda uma indústria de bens e serviços se forma, unindo concepções contemporâneas de aspectos materiais e imateriais do “patrimônio cultural” para chamar atenção de um público de consumidores, na maioria das vezes turistas (Braga e Moraes, 2016).

Seguidamente, o então secretário de cultura Paulo Linhares desenvolveu um documento denominado *Relatório Técnico Justificativo da Inserção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura no Prodetur/Ce* (1996), que tinha o objetivo de avaliar a viabilidade econômica do projeto, determinar os equipamentos que integrariam o CDMAC e atrair investimentos advindos do programa turístico para a compra de imóveis. Segundo Smith (2006), Linhares propôs no relatório o “quartirão dos artistas”, que visava comprar diversos imóveis em uma quadra vizinha a de origem do Centro Cultural a fim de estabelecer livrarias, restaurantes, papelarias, ateliês, galerias de arte, dentre outros, mas a proposta não foi adiante. O “quartirão dos artistas” prestaria um auxílio aos artistas que ocuparam os casarões abandonados da região do antigo porto a partir dos anos 80, período em que pagavam aluguéis baratos para montar seus ateliês nestes locais. Entretanto, o que parecia ser uma chance de alavancar a cultura local (a expectativa era que o centro cultural transformasse a área ao redor num polo cultural), com o tempo afastou os artistas dos casarões devido à crescente especulação imobiliária. Como os artistas não conseguiram pagar os aluguéis, estes ateliês foram perdendo espaço para bares e boates.

O relatório técnico previa a existência de quatro equipamentos principais: o Museu da Cultura Cearense, o Museu de Arte Contemporânea, o Planetário e um cinema (Ver figura 4). Ao todo seriam três salas, em adição a alguns outros espaços secundários como os do “quarteirão dos artistas” (Freitas, 2007).

Figura 4 - Planta Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura



Fonte: Monteiro et al, 2012

De acordo com dados da Secretaria da Cultura (SECULT), atualmente o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura ocupa uma área de 30 mil metros quadrados, sendo 13 mil deles de área construída e possui os seguintes espaços: Anfiteatro Sérgio Motta, Arena Dragão do Mar, Auditório do Dragão do Mar, Cinema do Dragão - Fundação Joaquim Nabuco, Espaço Rogaciano Leite Filho, Espaço Mix, Espaço Patativa do Assaré, Museu da Cultura Cearense, Museu de Arte Contemporânea, Novo Anfiteatro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Planetário Rubens de Azevedo, Praça Almirante Saldanha, Praça Verde, Teatro Dragão do Mar e Varanda dos Museus.

O CDMAC foi construído no bairro da Praia de Iracema conforme supracitado, logo, é de suma importância propor uma breve análise sobre os impactos causados para os moradores dos arredores desta construção. No capítulo a seguir analisaremos a comunidade do Poço da Draga, como o centro cultural impactou em suas vivências e qual a relação de participação dos moradores antes e hoje com o Dragão do Mar, bem como as ações de contestação praticadas ao longo dos anos.



#### **4. O POÇO DA DRAGA E O CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA: CONVIVÊNCIA E CONTESTAÇÕES**

A comunidade do Poço da Draga, localizada em Fortaleza/CE, é um exemplo emblemático de resistência e identidade cultural. Formada no início do século XX, a comunidade tem suas raízes ligadas à construção do Porto de Fortaleza, quando operários e pescadores se estabeleceram na região da antiga Prainha. Ao longo dos anos, o Poço da Draga desenvolveu-se como um local de grande importância histórica e cultural, com tradições e modos de vida preservados em meio ao crescimento urbano da cidade. A vida no Poço da Draga é marcada por um forte senso de coletividade, solidariedade e resiliência entre os moradores, que ao longo dos anos enfrentaram diversos desafios econômicos e sociais, desde ameaças de remoção até momentos delicados como o período de pandemia. Mediante esses desafios, organizações comunitárias e movimentos sociais desempenham um papel crucial na defesa dos direitos dos habitantes da comunidade, buscando garantir a permanência da comunidade em seu território histórico.

Neste capítulo, buscaremos analisar a relação da comunidade do Poço da Draga mediante alterações realizadas em seu entorno, sendo uma delas a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Para isso abordaremos brevemente a história e formação da comunidade, os desafios enfrentados no contexto urbano ao longo do tempo, como também as práticas de contestação da comunidade.

Consoante supracitado, a comunidade do Poço da Draga iniciou-se com pescadores e trabalhadores do Porto de Fortaleza por volta da década de 1900. Conforme as atividades portuárias e as atividades comerciais de exportação e oficinas cresciam, mais pessoas se estabeleciam naquela área. Isso fez aumentar o número de moradias junto à Ponte Metálica ao longo dos trilhos do trem. Muitas dessas pessoas que lá se estabeleceram vieram dos interiores do Ceará com expectativa de conseguir um trabalho na capital, trazendo assim sua cultura para a comunidade, o que influenciou no modo de arquitetura das casas, crenças, seus costumes, etc.

De acordo com Ferreira (2006), os trabalhadores desenvolviam funções de estivadores, responsáveis pelo recebimento de cargas em solo e pelo transporte até

os caminhões e arrumadores, que se dedicavam ao transporte, entrega e arrumação de mercadorias aos armazéns. Além disso, conservavam o ofício tradicional da pesca marinha, que era um reforço familiar e sustento à alimentação, prática essa passada de geração em geração através da oralidade e da experiência vivida. Logo, há uma intensa ligação dos moradores com a praia, que era utilizada não apenas para sobrevivência, como também era e ainda é um ponto simbólico de encontro e de socialização.

A comunidade do Poço da Draga é marcada também por grandes adversidades relacionadas à infraestrutura, como por exemplo, a água encanada chegou apenas em 1980 e até hoje ainda existem problemas com rede de esgoto e saneamento. Além disso, por estar localizada à beira-mar, ser cortada por um riacho e por contar com um pequeno mangue residual, a comunidade sofreu ao longo dos anos com constantes enchentes e alagamentos (Ver figura 5).

Figura 5 - Casebres de madeira na área alagável onde se instalou o INACE



Fonte: Sousa, 2006

O Poço da Draga, conforme apontado por Luciano Mota Gaspar (1970), se estende na faixa litorânea mais próxima ao centro comercial de Fortaleza, a cerca de

700 metros e a época possuía cerca de 500 casas de madeira, taipa e alvenaria construídas em terreno da marinha. O autor cita ainda algumas condições como a falta de serviço de esgoto, de água encanada, instalações sanitárias e coleta pública de lixo.

Figura 6 - Poço da Draga na década de 1970



Fonte: Fortaleza Nobre, 2019

Ademais, ao longo dos anos o Poço da Draga sofreu com ameaças de remoção por diversos empreendimentos. Estas ações acarretaram um intenso senso de comunidade e organização social para combater estas constantes ameaças.

Sousa (2006) indica que em 1963 o Plano Diretor elaborado por Hélio Modesto previa a retirada dos moradores para dar lugar a construção de um Centro Cívico, além da construção de parques e de praças como uma espécie de continuação da Avenida Beira Mar. Embora não tenha se concretizado, começaram aí as lutas sociais comunitárias em busca da defesa de suas moradias.

Uma grande influência para a organização popular foram os movimentos de contestação ocorridos no bairro Pirambu, reconhecidos como marco fundador de políticas sociais de contestação. O bairro Pirambu situado próximo ao centro da cidade, sendo orla marítima e local onde fábricas se situavam, foi uma das primeiras comunidades de Fortaleza, e justamente por sua localização era um espaço de

interesse do mercado imobiliário. Os moradores do bairro organizaram a Marcha do Pirambu, que conquistou a assinatura do Decreto 1.058 de 25 de maio de 1962, que desapropriou as terras em prol do assentamento populacional (Ferreira, 2006).

Logo mais, por volta do ano de 1970, foi instalada a Indústria Naval do Ceará (INACE) no antigo poço das dragas, atual limite oeste da comunidade. A empresa privada iniciou a construção em larga escala de embarcações e provocou as primeiras desapropriações. Alguns moradores foram transferidos para casas construídas no Centro, no Conjunto Palmares ou então no Conjunto Marechal Rondon. Outros preferiram receber a indenização ofertada pela INACE e compraram casas em lugares que também tinham atividade pesqueira, como Mucuripe e Pirambu. Por último, alguns poucos moradores conseguiram permanecer no Poço da Draga, mas saíram da região à beira-mar e se abrigaram no interior da comunidade.

Vancarder Brito Sousa (2006), entrevistou alguns moradores do Poço da Draga, e avaliando algumas das falas podemos ver as problemáticas trazidas pela implementação da INACE:

Depois desse serviço aí na Naval [Indústria Naval], quando chovia outrora as casas não enchia de água assim. Mas depois que ela [D. Elisa Gradvoll, proprietária da Indústria naval] fez esse serviço aí, quando chove, as casas enchia d'água. Nós aqui todo mundo ficava, ficava água em mim por aqui, na minha cintura aqui. Eu tinha um dormitório que a minha filha mandou do Rio pra mim, pela Confiança. Oh! Acabou! Acabou cama, acabou guarda-roupa (...) a água entrou e desmanchou tudo (...) a maré acabou com os móveis (Entrevista concedida em 02/10/2002. Apud. SOUSA, 2006, p.129)

A retirada dos moradores para a construção do INACE provocou complicações tanto na infraestrutura quanto na exclusão de moradores do local de onde produziram memórias e pertencimento. Após isso, com as primeiras remoções a comunidade se organizou oficialmente.

Em 1980 foi criada a Associação de Moradores do Poço da Draga - AMPODRA. Ferreira (2006) descreve os objetivos e funções apresentados no Estatuto Social:

a) Organizar os moradores do Poço da Draga com vistas a defesa de seus interesses e reivindicar junto aos poderes políticos a execução das medidas

- que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida;
- b) Promover atividades que visem divulgar informações úteis sobre saúde, educação, habitação, urbanismo, segurança pública, lazer e todos os outros aspectos da vida da população através de cursos, palestras, atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas, com o fim de preparar os moradores do Poço da Draga para alcançar os seus objetivos comuns;
  - c) Promover a pesquisa dos reais problemas do Poço da Draga e elaborar planos de urbanização e serviços que melhor convenham aos interesses da população;
  - d) Promover a integração de recursos com instituições congêneres para a resolução de problemas diversos;
  - e) Desenvolver e fortalecer junto aos moradores aos princípios de amizade, união e solidariedade humanas;
  - f) Estimular a troca de experiências e a realização de ações comuns entre esta população e população de outros bairros, sempre que para isso haja necessidade. (Ferreira, 2006, p. 37)

A movimentação social requereu da comunidade uma nova forma de organização em prol dos direitos dos habitantes, com formação de lideranças. As pessoas que estavam à frente eram indivíduos que tinham a confiança da comunidade para lidar com as responsabilidades e desafios. A exemplo temos Valmir Mesquita de Melo, que foi o primeiro presidente da AMPODRA (além de ser um de seus fundadores).

A associação lutou pelo direito dos moradores diversas vezes ao longo dos anos. No fim da década de 1980, por exemplo, ocorreu uma articulação com os moradores para ir até a Prefeitura da cidade com cartazes e faixas com intuito de reivindicar água encanada e energia elétrica para todos. Outrossim, a AMPODRA teve que enfrentar momentos delicados com ameaças de remoção que se seguiram nos anos subsequentes, especialmente após a disseminação de discursos sobre “revitalizar” a região da Praia de Iracema a partir da década de 1990.

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 incorporou partes das reivindicações dos movimentos sociais e ONGs, afirmando a função social da propriedade, instituição de outros instrumentos de contenção da especulação imobiliária e da usucapião urbana. Entretanto, apenas no ano de 2001, com a

aprovação do Estatuto da Cidade<sup>1</sup> e da Medida Provisória 2.220/01<sup>2</sup> tornaram-se viáveis a legalização da situação de posse nos assentamentos irregulares, especialmente pela possibilidade de usucapião coletivo e de regularização fundiária de ocupações de terrenos públicos ocorridas anteriormente a 2001 (Gondim, 2008).

Primeiramente, houve a Operação Consorciada Praia de Iracema e Poço da Draga, negociada pela Prefeitura de Fortaleza e empresas privadas do setor imobiliário. A iniciativa previa a construção de apartamentos residenciais na área em que se encontra o Poço da Draga. Este complexo (Complexo Sócio-Habitacional Poço da Draga) abrigaria os próprios moradores da comunidade e teria uma área de serviços, estabelecimentos comerciais, etc. A comunidade chegou a aceitar essa proposta, entretanto com a mudança de gestão, o novo prefeito não cumpriu com os acordos pré-estabelecidos anteriormente e o projeto não se concretizou (Ferreira, 2006).

Ainda na década de 90, agora com a senhora Rocilda Nobre Lima na presidência da AMPODRA, o Poço da Draga progrediu em relação ao direito à permanência. A AMPODRA, recebeu o apoio do Centro de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos (CDPDH), uma organização não-governamental ligada à arquidiocese de Fortaleza e em conjunto pleitearam junto à União para obter a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) da área ocupada. A principal lei que disciplina a CDRU é o Decreto-Lei 271/1967, a Lei 11.481/2007 ampliou seus objetivos sociais e finalidades específicas. De acordo com Miranda (2016):

A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) é um direito real previsto no artigo 1.225, XII do Código Civil e criado e disciplinado pelo Decreto-Lei nº 271 de 28 de fevereiro de 1967. Foi instituída pelo artigo 7º do Decreto-Lei n.º 271/67. Pode ser aplicada em terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, e possui fins específicos [...] “de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em área urbanas” (Miranda, 2016)

---

<sup>1</sup> O Estatuto da Cidade é o conjunto de normas jurídicas ou a Lei nº 10.257/2001, que estabelece as diretrizes para a política urbana disposta na Constituição Federal de 1988.

<sup>2</sup> A Medida Provisória 2.220/01 disciplinou o instituto da Concessão de Uso Especial para Moradia em bens públicos. O parâmetro básico para incidência da norma é a posse ininterrupta e sem oposição de terrenos públicos, em área urbana, com finalidade de moradia.

Ademais, em 1998 houve a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura na área próxima onde está inserido o Poço da Draga. O CDMAC não apresentou uma ameaça real de retirada dos moradores, visto que isso não estava nos documentos oficiais do projeto, no entanto o discurso de requalificação e revitalização da área atraiu o interesse da gestão pública para inserir novos empreendimentos na região. Além disso, existia a preocupação com o aumento do custo de vida no local, assim como a exclusão social.

Figura 7 - Dragão do Mar e Poço da Draga



Fonte: Fernandes, 2014

De acordo com Ferreira (2006), o projeto inicial do CDMAC previa uma ação mais efetiva junto à comunidade, tanto no âmbito educativo quanto no âmbito da formação profissional, para reintegrar os moradores ao equipamento recém construído. A autora destaca que essas ações não ocorreram a contento no início.

Embora haja o discurso de que toda a área da Praia de Iracema precisa ser requalificada, os esforços para isso são focados em construir mega empreendimentos a fim de atrair turistas e classes mais altas da sociedade, ao invés de corroborar com

a melhoria da comunidade do Poço da Draga, como por exemplo a implementação de uma rede de saneamento básico.

Os moradores do Poço da Draga, através da ONG Velaumar, articularam-se com a gestão do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e, no ano 2000, formaram o grupo “Galera do Dragão”. O projeto consistia no desenvolvimento de oficinas de capacitação para trabalhadores informais que viriam a atuar no espaço. Como resultados, cerca de 120 moradores foram qualificados pela iniciativa “Galera do Dragão”, todavia o projeto foi descontinuado com as mudanças de gestão do CDMAC.

Um empreendimento de tamanha magnitude como o CDMAC, que passa a ser frequentado por pessoas com alto poder aquisitivo, embora seja gratuito e tente promover relações com a comunidade ao redor, acaba por construir barreiras simbólicas. Segundo Gondim (2007):

A própria monumentalidade do Dragão, que ignora a escala do antigo conjunto e não estabelece diálogo com os edifícios vizinhos, talvez tenha construído uma ‘imagem de arrogância’. O Dragão promoveu uma certa ‘asessia’ e uma apreensão do espaço totalmente distinta do que antes havia. Sabe-se que há conteúdos psicológicos no espaço. Talvez alguns grupos sociais enxerguem, agora, ‘portas invisíveis’ num espaço que outrora lhes fora familiar (Gondim, 2007, p. 212).

Outro fator para o distanciamento de alguns moradores para com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura pode ser explicado seguindo a lógica de Bourdieu. Segundo Bourdieu (2003) alguns indivíduos não desenvolvem durante sua trajetória uma disposição que leve a apreciar ou empreender determinadas atividades culturais a ponto de despertar seu interesse. Tal fato não significa que o indivíduo não tenha hábitos culturais, mas sim que a maneira como aqueles códigos (esculturas, pinturas, poemas) são lidos pelos indivíduos diferem de acordo com a classe social de origem, contexto escolar, familiar e de relacionamentos.

Concomitante a isso, temos que considerar igualmente o fato de barreiras físicas, visto que o CDMAC se encontra de “costas” para a comunidade do Poço da Draga, sem conexões para que a entrada seja facilitada, e o mesmo ocorre com a Caixa Cultural, por exemplo. Fato esse que pode causar um distanciamento dos moradores para com o centro cultural.



Com o passar dos anos, a integração dos moradores com o CDMAC tornou-se mais comum. Em entrevista concedida à autora em setembro de 2024, a moradora Izabel Ferreira comentou sobre os impactos positivos e negativos da inserção do CDMAC na área:

Os impactos positivos são dos moradores ingressarem na valorização da arte e cultura através do equipamento cultural e nos fazer ver a oportunidade de potencializar as artes. O surgimento de estágios e empregabilidade aos moradores, claro que ainda está a desejar, mas houve uma inserção ao mercado de trabalho, estágio de nível médio aos jovens do Poço da Draga, Moura Brasil e Praça da Graviolas. Cerca de 245 jovens foram beneficiados via Programa Brincando e Pintando no Dragão, atividade que até hoje acontece na Praça Verde. Nos impactos negativos, quando se implanta qualquer equipamento sem criar políticas públicas que atuem nas vulnerabilidades dos indivíduos, implica no surgimento de problemas sociais que poderiam ser evitados. Gasta-se muito dinheiro com obras estruturais mas não pensam um real para comprar um cano para escoar os dejetos da comunidade. Enquanto não pensarem uma cidade saudável e efetivação de direitos fundamentais para todos haverá assolação e violência de todos os tipos. (Entrevista concedida em 17/09/2024)

Questionada sobre o momento da divulgação e construção do projeto, Izabel esclareceu que os moradores tiveram receio no início, mas não medo pois tinham conhecimento e ciência que a cidade também pertence a eles.

Outro momento delicado para os moradores do Poço da Draga foi nos anos iniciais do século XXI, quando um novo projeto surgiu: o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (CMFE).

O projeto do CMFE foi elaborado por 14 escritórios de arquitetura e previa um aterro de 19 hectares de mar, com custo de aproximadamente R\$200 milhões financiados pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (Oliveira, 2006). O projeto previa a remoção e transferência da comunidade para uma próxima, onde seriam realocadas em unidades habitacionais (estavam previstas a construção de 292 unidades). A ideia do projeto, bem como a remoção da comunidade era propagada pelo Poder Público como um benefício para todas as partes envolvidas, pois iria requalificar a área da Praia de Iracema e atender o bem estar social.

O novo empreendimento foi amplamente divulgado pela mídia através de jornais de grande alcance. O instrumento comunicativo foi utilizado para reafirmar o discurso da necessidade de revitalização da área, sem mencionar os impactos negativos que isso traria para as comunidades ao redor. Essa estratégia deixou os

moradores do Poço da Draga ainda mais inseguros com a retirada e indignados por terem sido apagados na propagação dessas informações.

Gondim (2008) pontua que nas audiências públicas realizadas para discutir o projeto, as lideranças ouvidas eram prioritariamente representantes de entidades profissionais como a Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB-CE), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-CE) e o movimento ambientalista. A preocupação em nenhum momento parecia ser com os impactos que a retirada de centenas de famílias poderia causar para aqueles moradores, mas concentravam-se unicamente nos possíveis problemas ambientais.

De acordo com Ferreira (2022), advogada e moradora do Poço da Draga, a ideia de que poderiam ser removidos para a periferia de Fortaleza provocou pânico nos moradores, mas também trouxe à tona a força da luta comunitária. Houve muitas mobilizações, passeatas nas ruas da Praia de Iracema, seminários sobre direito à terra, convocações para os moradores deporem sobre a importância do habitar e sobre pertencimento, além de relatos aos jornais locais sobre os impactos dessa mudança, os mesmos jornais que estavam sendo utilizados para notificar a remoção “para o interesse social”.

Durante as reuniões do poder público com as lideranças da comunidade foi proposto a realocação dos habitantes do Poço da Draga para 292 unidades habitacionais duplex, divididas em três pavimentos, com acesso por meio de rampas. Havia uma divisão para a ocupação e entrega dos apartamentos:

Já a distribuição dos apartamentos, cujo tamanho variava de um, dois ou três quartos, seria feita de acordo com um critério estabelecido pelos técnicos: o número de pessoas da família, independente do tamanho da casa ocupada na favela. Assim, famílias constituídas por uma ou duas pessoas teriam direito a apartamento de um quarto (área de 42 m<sup>2</sup>); famílias com três ou quatro pessoas ganhariam apartamento de dois quartos (52 m<sup>2</sup>); famílias com cinco pessoas ou mais receberiam apartamento de três quartos (70,3 m<sup>2</sup>). (Gondim, 2008, p. 105 apud. Oliveira, 2006, p. 64).

Todavia, existiam muitas problemáticas em relação a essa proposta. A primeira e principal delas é afastar os moradores do local onde se estabeleceram e construíram raízes, afastá-los do mar não só iria interferir os que praticavam a pesca como trabalho, mas também dos ritos e costumes sociais e de integração que se

formaram ao longo dos anos. O tamanho da moradia também é um fator importante, visto que agora famílias com uma ou duas pessoas estariam restritas a uma área de 42 m<sup>2</sup>, mesmo que sua casa anterior fosse bem maior. Havia também a questão dos vizinhos, algo importante quando se cria laços durante muitos anos, o senso de companheirismo e comunidade, entregar os apartamentos aleatoriamente poderia separar pessoas que já compartilhavam momentos importantes a muito tempo. A acessibilidade também foi uma pauta, pois nem todos os moradores poderiam viver em andares mais altos.

Apesar de todos os receios, os moradores estavam dispostos a ouvir as propostas do Poder Público e tentar negociar. Como ainda restavam dúvidas sobre ceder ou não a área da comunidade, a liderança da AMPODRA na época decidiu realizar uma viagem para a cidade nova Jaguaribara, 1ª cidade planejada do Estado. Alguns moradores do Poço da Draga haviam recebido a proposta de mudar-se para a nova cidade, o intuito da viagem era ouvir seus depoimentos para tirar conclusões se a mudança trouxe benefícios ou malefícios.

Segundo Ferreira (2022):

As narrativas dos moradores transferidos assustaram os moradores do Poço da Draga e muitos relataram a mudança de vida e de aumento de consumo, de pessoas que antes viviam da agricultura comunitária passaram a viver numa cidade de exigência de poder aquisitivo maior, se viram em uma casa que nada tinha a ver com sua forma de ser, e tiveram que se adaptar às mudanças habituais de cidade urbana. Essa abordagem das lideranças femininas causou um choque de realidade, pois as investidas são muito bem planejadas além de manipulação mental nos envolvidos (Ferreira, 2022, p. 40).

As tentativas de negociações duraram até o ano de 2006, quando o governador eleito Cid Gomes decidiu alterar o local da construção, distanciando-se da orla marítima e implementando o Centro de Eventos na Avenida Washington Soares, na região sudoeste de Fortaleza.

Nos anos seguintes a luta não parou, a comunidade continuou seus movimentos de contestação para assegurar seu direito de existir e resistir. No início dos anos 2000, a comunidade teve conhecimento sobre a existência do instrumento

legal das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). De acordo com o Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) (2021), as ZEIS são:

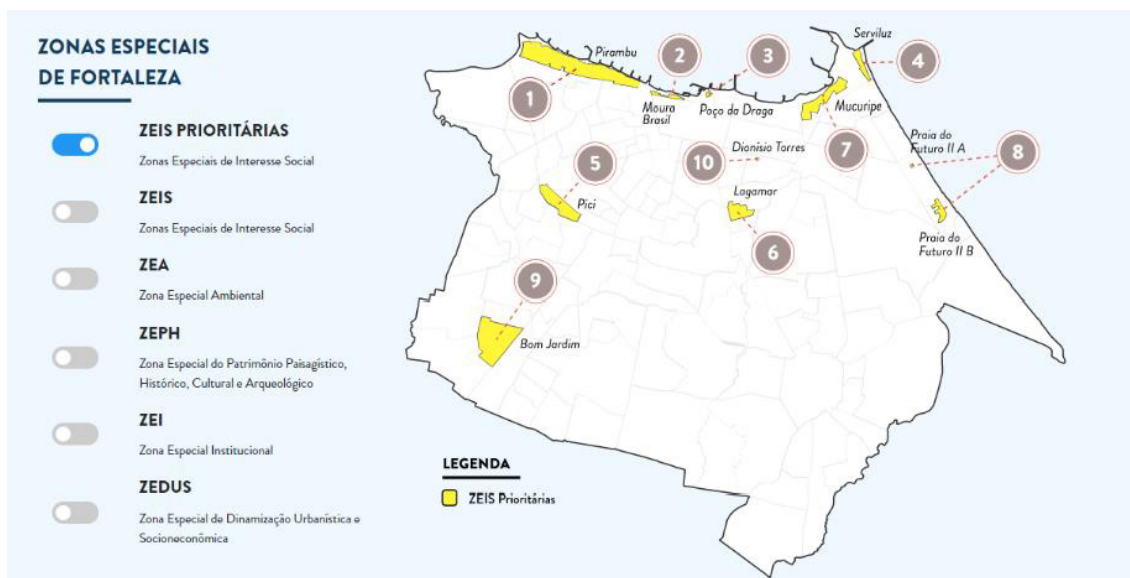
[...] porções de terras públicas ou privadas que buscam, prioritariamente, a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos de baixa renda existentes e consolidados, além do desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo. (Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, 2021)

Logo, ocorreram mobilizações da comunidade do Poço da Draga para a implementação da ZEIS como ferramenta legal para legitimar o direito à moradia. Iniciou-se uma série de reuniões com moradores, alunos, professores universitários, políticos, servidores públicos e quaisquer pessoas que contribuíssem de alguma maneira para a conquista deste instrumento legal. Duas moradoras foram indicadas para representar a comunidade no Comitê Técnico Intersectorial e Comunitário das ZEIS, Izabel Lima e Ivoneide Gois, para participarem durante os anos de 2007 e 2009.

As reuniões do comitê aconteciam quinzenalmente no Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) e tinham como objetivo apresentar um diagnóstico situacional sobre áreas demarcadas como ZEIS prioritárias.

Consoante Ferreira (2022), as Zonas Especiais foram delimitadas e determinadas pelo Plano Diretor de Fortaleza, Lei nº 062 de 02 de fevereiro de 2009, compreendendo áreas do território que exigem tratamento especial, sobrepondo-se ao zoneamento (Ver figura 8). Em 2016, foi instituída a comissão de proposição e acompanhamento da regulamentação das ZEIS no Decreto Nº 13.827, de 14 de junho de 2016 e que foi prorrogado pelo Decreto Nº 13.954, de 12 de janeiro de 2017. A comissão pretendia garantir a continuidade da interlocução entre a sociedade e o poder público.

Figura 8 - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Fortaleza



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2021

Somente em 2018 houve o trâmite de regulamentação das ZEIS através de eleições de conselhos das 10 ZEIS prioritárias (Ferreira, 2022). Esses conselhos gestores são compostos pelos moradores, poder público e entidades/movimentos sociais e compreende planos, parâmetros urbanísticos específicos para cada território, ações de programas e intervenções. Esses conselhos fazem isso através da elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), flexibilização dos parâmetros urbanísticos, controle urbano especial e monitoramento do plano.

O PIRF é destinado a regulamentação das ZEIS 1 e 2 delimitadas pelo Plano Diretor Participativo de 2009. O PIRF atua para um processo de regularização mais compatível às necessidades e realidade das comunidades, portanto, podemos pensar no PIRF como um plano de moradia, mas também trabalho e desenvolvimento comunitário. Cada PIRF deve levar em consideração a realidade do local, opiniões da comunidade e do conselho gestor.

Concomitantemente aos procedimentos para a classificação da comunidade como ZEIS, um outro grande empreendimento surgiu na Praia de Iracema, bem próximo ao Poço da Draga, o Acquário de Fortaleza. Inicialmente o Governo do Estado trouxe a proposta de remoção e realocação da comunidade do Poço da Draga, a ideia era a realocação de parte dos moradores do Poço da Draga para a área ocupada hoje por três armazéns nas proximidades da comunidade atual

e outra parte seria transferida para o Centro de Fortaleza. Segundo informações do site Mapa de Conflitos (2018), vinculado à Fiocruz, a Secretaria do Turismo do Ceará (SETUR/CE) previa um custo de 250 milhões aos cofres públicos para a construção do Acquário e seria complementado por um Centro Orgânico e uma Praça das Águas. As negociações aconteceram durante o ano seguinte, e em novembro de 2010 o Governo Estadual iniciou as obras.

No fim do ano de 2010 foi convocada uma audiência na Câmara dos Vereadores de Fortaleza para que os moradores do Poço da Draga expressassem suas insatisfações a respeito do projeto. Na audiência os moradores debateram sobre a ameaça de remoção que o projeto estava oferecendo, especialmente por não estarem mantendo diálogo com a comunidade. A SETUR afirmou, na época, que não havia mais proposta de remoção da comunidade e que a construção do Acquário não os afetaria diretamente.

Os anos passaram e dentre diversas controvérsias para a construção do Acquário (problemas ambientais, sociais e urbanos), a comunidade do Poço da Draga se aliou com o movimento “Quem Me Dera Ser um Peixe”. Quem Me Dera Ser um Peixe foi um coletivo cearense formado em 2012 para atuar como oposição à construção do Acquário de Fortaleza, no qual valeu-se de intervenções na Praia de Iracema para comunicar suas pautas e, também, reivindicar o direito à cidade dos habitantes da comunidade do Poço da Draga.

A construção do Acquário foi parada e retomada diversas vezes ao longo dos anos, mas foi interrompida definitivamente em 2017. Com um custo estimado de 112 milhões de reais aos cofres públicos, o Governo do Estado do Ceará buscava na iniciativa privada interessados em concluir as obras e administrar o projeto.

No dia 10 de maio de 2024 o Diário Oficial do Estado divulgou que a Universidade Federal do Ceará é a nova proprietária do prédio onde seria construído o Acquario Oceânico do Ceará. O prédio abrigará o Instituto de Ciências do Mar (Labomar) e se chamará Campus Iracema. Durante o momento de visita ao Poço da Draga, Sérgio Rocha, uma das lideranças da comunidade, expressou que não existia receio dos moradores em relação ao Campus Iracema e a aproximação poderia ser benéfica para ambos, por meio de movimentos culturais, pesquisas científicas e inserção da comunidade na universidade.

Conforme bem pontua Nogueira (2019), a comunidade do Poço da Draga é um símbolo de resistência e luta em meio aos bairros nobres que foram se formando na orla marítima da cidade de Fortaleza. Em uma região de Fortaleza em constante processo de reestruturação, os moradores do Poço da Draga têm seus direitos ameaçados e são excluídos dos processos participativos de construção de políticas públicas, tendo a comunidade se organizado para exercer a política como contestação. Podemos observar também que a construção do CDMAC trouxe benefícios para a disseminação cultural entre os moradores do Poço da Draga, mas também teve seus impactos negativos visto que atraiu os olhares para a vinda de outros empreendimentos que ameaçaram a comunidade.

## 5. CONCLUSÃO

O trabalho em questão teve como objeto de análise a construção do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura mediante discursos, representações e mecanismos que justificaram tal empreendimento, além de compreender as relações estabelecidas com a vizinhança ao redor do CDMAC. Essa análise deu-se com o intuito de verificar como o Estado altera o espaço geográfico utilizando os discursos enquanto construções políticas. Constatou-se que conforme a região em questão começou a ser cada vez mais frequentada por uma população com poder aquisitivo limitado, também iniciou a disseminação cada vez mais intensa de representações da época imputando ao local a característica de inseguro, feio e vazio. Por outro lado, têm-se nos anos 90 um novo foco do Governo do Ceará, desenvolver o turismo no Estado, mostrar o Ceará como uma terra de praias belas e ensolaradas. Uma das estratégias utilizadas para alcançar o objetivo foi associar turismo e cultura. O *Plano de Desenvolvimento Cultural* de 1995 produzido em pleno governo de Tasso Jereissati aponta para a visão de que a cultura possui o mesmo grau de importância da educação, pesquisa e meio ambiente. O bairro da Praia de Iracema foi o escolhido para contemplar o que seria o propulsor da cultura cearense (de acordo com os projetos governamentais), o CDMAC. Nota-se a utilização de mecanismos legais e técnicos para construir o centro cultural e inseri-lo na área da Praia de Iracema. A lei nº 7814 de 30 de outubro de 1995 dividiu em três setores a Praia de Iracema, sendo o Setor 1 a área destinada à revitalização urbana com incentivo a implantação dos

usos habitacionais, culturais e de lazer. Esta área, onde antes funcionava o antigo Porto da cidade, é ocupada pela comunidade do Poço da Draga.

A proposta de revitalização da área atraiu diversos projetos para o local, alguns deles nem sequer saíram do papel, mas todos propunham mudanças sócio-espaciais. As representações sobre a área, o discurso sobre a importância e necessidade da cultura para alavancar a economia, juntamente com as práticas de governamentalidade, proporcionaram a aceitação social do projeto CDMAC, bem como sua construção no bairro Praia de Iracema.

Com isso podemos perceber a influência da Governamentalidade, no qual observamos os discursos e mecanismos utilizados para orientar a forma como determinados espaços são vivenciados e experienciados, tidos como sem vida, inseguros e feios para que possam ser “revitalizados” e re-construídos.

Além disso, nossa análise buscou entender quais os impactos da construção do Centro Dragão do Mar para as comunidades que o cercavam. Para isso, verificamos documentos que relatam sobre o Poço da Draga e realizamos uma visita à comunidade com o intuito de entender como se deu esse processo, e há de se ter a percepção de que o Poço da Draga é um exemplo de resistência e contestação. A população do local já sofreu diversas tentativas de remoção por diversos empreendimentos, mas foram veementemente combatidas como resposta ao intenso senso de comunidade e organização social.

Sendo assim, conclui-se que houve a disseminação de discursos sobre necessidade de revitalização da área da Praia de Iracema, mas os esforços realizados estavam em prol de mudar a identidade local a fim de atrair um novo público para esses espaços ao invés de corroborar com a melhoria da comunidade ao redor, corroborando com as representações sobre a área. Produzir grandes empreendimentos com um discurso de revitalização da área, ao mesmo tempo em que não são realizadas políticas públicas e melhorias necessárias para a comunidade pode ter gerado à princípio um temor em relação ao CDMAC e um certo afastamento por parte de alguns. Ou seja: o discurso de revitalização do local não parecia estar necessariamente a serviço da população ao redor, tendo em vista que esta foi repelida por diversas vezes com a chegada dos empreendimentos ou até mesmo prejudicada, mas sim a serviço de uma população elitizada que poderia usufruir da revitalização da



área. Apesar disso, com o passar do tempo o diálogo entre a gestão do centro cultural e das lideranças do Poço da Draga conseguiu promover ações que trouxeram benefícios à comunidade. Logo, a construção do CDMAC possibilitou o contato com diversos aparelhos culturais, propiciando aos moradores ingressarem na valorização da arte e cultura.

Apesar de termos chegado a essa conclusão com nosso repertório documental analisado, entendemos que é necessário um estudo mais aprofundado sobre os frequentadores e comunidades impactadas pela construção do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura, pois somente assim chegar-se-á mais perto da compreensão de como os mecanismos de representação, governamentalidade e contestação por trás da construção desse empreendimento afetou os arredores do centro cultural. E entender esse processo é importante para compreender como a ação governamental afeta positivamente ou negativamente a população de um local.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. 3ed. Tradução de Mário Kury. Brasília: EdUNB, 1997.

BRAGA, E.O.; MORAES, C. G. SM. **Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no centro histórico de João Pessoa/PB**. Revista *Ñanduty*, v. 4, n. 4, p. 20-52, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/5348/2757>. Acesso em: 01 set. 2024.

BRÍGIDO, E. I. **Michel Foucault: uma análise do poder**. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.

CADENA, Dirceu. IGEPAC-Bela Vista e o tombamento do Teatro Oficina: Representação, governo e contestação no Bixiga. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 51, 2021.

COMUNIDADE de Poço da Draga luta contra política de higienização social, elitização da área ditada pela valorização imobiliária e até a construção de um aquário gigante. **Mapa de Conflitos**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-comunidade-de-poco-da-draga-luta-contra-politica-de-higienizacao-social-ELITIZACAO-da-area-ditada-pela-valorizacao-imobiliaria-e-ate-a-construcao-de-um-aquario-gigante/>. Acesso em: 25 ago. 2024

COSTA, S. S. F. (2005). **Praia de Iracema e a revitalização de seu patrimônio histórico**. *PosFAUUSP*, 18, 48-59. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i18p48-59>. Acesso em: 08 set. 2024.

FERNANDES, Flávia F. **A Draga e o Dragão: Um estudo sobre a relação entre a Comunidade Poço da Draga e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura**. 2000. Monografia - Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste. Repositório UFBA, Olinda 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17461>. Acesso em: 08 set. 2024.

FERREIRA, Izabel C. L. **O “OLHAR DE DENTRO”:** Trajetória de lideranças da comunidade do Poço da Draga à luz dos direitos fundamentais e da constituição brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) Faculdade Maurício de Nassau. Fortaleza. 2022.

FERREIRA, Izabel C. L. **Pedagogia popular na comunidade do Poço da Draga: Compartilhando saberes**. 2006. Monografia (Graduação em Pedagogia) Centro de Ciências Humanas da Universidade de Fortaleza.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/987/1191>. Acesso em: 08 set. 2024

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

FREITAS, E. P. **CENTROS CULTURAIS PÚBLICOS DO BRASIL: Um estudo comparativo entre o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e o Centro Cultural São Paulo**. Repositório UFBA - Universidade Federal do da Bahia, Salvador, 2007.

GASPAR, Luciano Mota. **1970 - A Integração Econômica e Social de uma Favela: estudo sobre o “poço da Draga”**. Fortaleza: sem editora, 1970.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Regina Célia. **Porto do Capim**. Blog Carlos Romero, 14/06/2022. Disponível em: <https://www.carlosromero.com.br/2022/06/porto-do-capim.html>. Acesso em: 11/10/2024.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **CIDADE, CULTURA E PATRIMÔNIO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: O CASO DO CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA, EM FORTALEZA-CE**. In: Júlia Miranda; Ismael Pordeus Júnior; François Laplatine. (Org.). **Imaginários sociais em movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais**. 1ed. Campinas: Pontes, 2006, v.1, p. 319-336.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Cultura (SECULT). **Plano de Desenvolvimento Cultural**, 1995.

HERB, Karlfriedrich. **Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10. Brasília, janeiro-abril de 2013, pp. 267-284.

INTERNET ARCHIVE. **Engineer July 01-December 30, 1887: Vol. 64**. 2021. Disponível em: [https://archive.org/details/sim\\_engineer\\_july-01-december-30-1887\\_64/page/88/mode/2up](https://archive.org/details/sim_engineer_july-01-december-30-1887_64/page/88/mode/2up). Acesso em: 07 set. 2024.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São paulo: Atlas, 2003.

LAPUR, **Laboratório de Planejamento Urbano e Regional. Zonas Especiais de Interesse social ZEIS de Fortaleza**, 21/012021. Disponível em: <<https://lapur.ufc.br/pt/zonas-especiais-de-interesse-social-zeis-de-fortaleza/>>. Acesso em: 15 set. 2024.

LEBOVICS, Herman. **La mission de Malraux**. Buenos Aires: Editora Universitária de Buenos Aires: EIDEBA, 2000.

MAPA CULTURAL, **Centro Cultural Público: Centro Cultural Dragão do mar**. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/37/>. Acesso em: 08 set. 2024.

MARX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. Trad.: Ivo Tonet, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Livro Xavier. 4. Ed - São Paulo: Edipro, 2015.

MIRANDA, Victor da Cunha. **A concessão de direito real de uso (CDRU) e a concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM) como instrumentos de regularização fundiária em áreas públicas no Brasil**. Jus.com.br, 30/04/2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48642/a-concessao-de-direito-real-de-uso-cdru-e-a-concessao-de-uso-especial-para-fins-de-moradia-cuem-como-instrumentos-de-regularizacao-fundiaria-em-areas-publicas-no-brasil>. Acesso em: 13 set. 2024

MONDADA, L. ***Décrire la ville: la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte***. Paris: Anthropos, 2000.

FARINELLI, F.; OLSSON, G; REICHERT, D. ***Limits of Representation***. Munich: Accedo, 1992.

NOBRE, Leila. **Casarões no entorno do Dragão do Mar**. Blog Fortaleza Nobre, Fortaleza, 20/11/2022. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/11/casaro-es-no-entorno-do-dragao-do-mar.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

NOBRE, Leila. **O centenário Posso da Draga**, 20/11/2022. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2019/05/o-centenario-poco-da-draga.html>. Acesso em: 05 set. 2024.

NOBRE, Leila. **O centenário Posso da Draga - parte II**, 20/11/2022. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2019/05/o-centenario-poco-da-draga-parte-ii.html>. Acesso em: 09 set. 2024.

NOGUEIRA, A.M.A. **Possibilidades e desafios de práticas insurgentes: o caso da comunidade Poço da Draga**. Fortaleza, Brasil. 2019. 262f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Design) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

NÚÑEZ, Lucio Mendieta Y. **Sociologia del Poder**. Tradução de Naziázina Torres de Amorim. México, Instituto de Investigaciones Sociales, 1969, p. 41-45.

Ó, Jorge Ramos. **A Governamentalidade e a História da Escola moderna: Outras conexões investigativas**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 1-294, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/765>>. Acesso em 02 set. 2024.

O POVO. **A HORA da autonomia**. Fortaleza, 21 mar. 1998.

OLIVEIRA, Heloisa M. A. **O Poço da Draga e a Praia de Iracema: Convivência, Conflitos e Sociabilidade**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Diário Oficial do Município. Em 07 de Novembro de 1995. **Lei nº. 7814. Parcelamento, uso e ocupação do solo da Zona Especial - Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema**. Fortaleza, 30 de Outubro de 1995

REIS, J. **Ensaio de economia impura**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

ROSSI, Ugo; VANOLO, **Alberto**. **Urban Political Geographies: A Global Perspective**. SAGE Publications, London, 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; Rocha, Renata, (Org.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. **Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema**. 2001. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.

SECULT, Secretaria da Cultura. **Espaços Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura**. Fortaleza, 31/07/2014. Disponível em:

<https://www.secult.ce.gov.br/2014/07/31/espacos-centro-dragao-do-mar-de-arte-e-cultura/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SEGER. Secretaria de Gestão e Recursos Humanos. **Concessão de direito real de uso**. Governo do Estado do Espírito Santo, Disponível em: <https://seger.es.gov.br/Media/seger/Bem%20Im%C3%B3vel-%20Fluxos%20de%20Disponibiliza%C3%A7%C3%A3o/FLUXO%20DE%20CONCESS%C3%83O%20DE%20DIREITO%20REAL%20DE%20USO%20DE%20IM%C3%93VEL.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

SEPOG, Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU): Lei nº. 7061/92**. Fortaleza, 16 de Janeiro de 1992.

SEPOG, Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano diretor de 1992 – Fortaleza**.

SILVA, J. M. P, **Aspectos da Segregação Urbana que Caracteriza o Desenho da Cidade**. Encontro de Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. PosUrb, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2037/S37-06-PEREIRA%20DA%20SILVA,%20J.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024

SOUSA, Vancarder Brito. **A cidade e a Favela: o “Poço da Draga” e a requalificação urbana em Fortaleza**. Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2006. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/28120/1/VancarderBritoSousa\\_Tese.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/28120/1/VancarderBritoSousa_Tese.pdf). Acesso em: 10 set. 2024

SMITH, Pedro Cardoso. **Fragmento de uma estratégia urbanística para Fortaleza: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura**. In: Seminário Projetos Urbanos Contemporâneos no Brasil, 2006, São Paulo. Projetos Urbanos Contemporâneos no Brasil, 2006.

TEIXEIRA, Paulo L. de Souza. **A MEDIDA PROVISÓRIA 2220/01 NA ÓTICA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE**. Banco do Conhecimento, 2008. Disponível em: [https://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=43bde4a4-13a5-44b6-8b1a-07dceb7f7748&groupId=10136#:~:text=Com%20efeito%2C%20a%20medida%20provis%C3%B3ria%202220%2F01%2C%20atribuiu%20a,e%20de%20remo%C3%A7%C3%A3o%20de%20posseiros.>](https://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=43bde4a4-13a5-44b6-8b1a-07dceb7f7748&groupId=10136#:~:text=Com%20efeito%2C%20a%20medida%20provis%C3%B3ria%202220%2F01%2C%20atribuiu%20a,e%20de%20remo%C3%A7%C3%A3o%20de%20posseiros.>). Acesso em: 18 set. 2024.

ZONAS especiais de interesse social (ZEIS) de Fortaleza. **Observatório Das Metrópoles**, 21/01/2021. Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/zonas-especiais-de-interesse-social-zeis-de-fortaleza/>. Acesso em: 15 set. 2024.